

Economia - Brasil

Credores confiam menos, moratória ganha nova força

ARNOLFO CARVALHO

Da Editoria de Economia

A demora na definição da política salarial, atrasando a aprovação do programa de ajustamento por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), está causando tanta preocupação no exterior que os banqueiros credores enviaram a Brasília dois grupos de economistas para avaliar a situação e redefinir os números relativos aos empréstimos prometidos ao Brasil.

Esta explicação foi dada ontem à noite por um alto funcionário do Ministério da Fazenda, preocupado com as notícias surgidas em Londres sobre um possível rompimento de relações pessoais entre o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière, e o ministro do Planejamento, Delfim Netto. A notícia foi desmentida no Banco Central, mas o clima de preocupação continua.

MORATÓRIA

No final da tarde tinha-se como certo, em Brasília, que o presidente João Figueiredo estava sendo convencido por alguns de seus auxiliares mais próximos de que o melhor caminho, nesta altura dos acontecimentos, não é forçar um acordo aparentemente impossível com o Congresso para aprovar uma lei de arrocho salarial de efeitos duvidosos, mas sim chamar os credores estrangeiros para negociar uma moratória.

Naturalmente que ninguém se dispõe a dizer isso abertamente neste momento, quando a equipe econômica do Governo ainda joga tudo em cima da negociação com o PDS para tentar aprovar o substituto do Decreto-lei 2.064. Mas não há a menor dúvida de que o impasse político interno está repercutindo muito mal no exterior, onde o Governo Figueiredo começa a aparecer dentro de um quadro de fraqueza.

Para as autoridades econômicas, a data-chave ain-

da seria o próximo dia 14, pois seria o último dia para o Governo brasileiro ter aprovada a nova política salarial exigida no "programa de ajustamento econômico" negociado com o FMI e os bancos credores. Se a política salarial não estiver aprovada no Congresso, o diretor-gerente do FMI não terá como convocar a reunião de sua diretoria para o dia 18, para aprovar a Carta de Intenções do Brasil.

FALÊNCIA

Sem a aprovação da carta no FMI, vai por água abaixo toda a negociação que o ministro Ernane Galvães, da Fazenda, e o presidente do Banco Central, Afonso Pastore, vêm realizando no exterior desde o final do mês passado, para obter mais US\$ 11,2 bilhões dos bancos internacionais e dos Governos dos Estados Unidos, da Europa Ocidental, do Canadá e do Japão. Isto significa que os atrasos de pagamentos ao exterior subiriam além dos atuais US\$ 3 bilhões.

Pior ainda: isto significa que os bancos de menor porte podem ser pressionados por seus acionistas para pedir a falência brasileira em algum fórum internacional — o que levaria imediatamente a uma reação em cadeia, que resultaria, na melhor das hipóteses, no arresto de alguns bens brasileiros no exterior. Seriam paralisadas também quase todas as vendas ao Brasil, por falta de garantia bancária, a começar pelo petróleo.

No dia 31 de dezembro, se a situação correr indefinida até lá, os bancos credores seriam obrigados a lançar como prejuízo em seus balanços os créditos não recebidos do Brasil ao longo deste ano — que, naquela altura, deverão totalizar cerca de US\$ 5 bilhões, de acordo com os cálculos aproximados de economistas do governo que acompanham a evolução das negociações externas. Antes que isso aconteça, entretanto, o Brasil teria declarado a moratória.